

1 COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO TOCANTINS  
2 REUNIÃO ORDINÁRIA - 19/04/07

3 Aos dezenove dias do mês de abril do ano de dois mil e sete, às quatorze horas e trinta  
4 minutos na sala de reuniões da Secretaria de Planejamento - SEPLAN, deu-se início, em  
5 terceira convocação, a Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite com a  
6 presença da Sra. Ruth Paranaguá, no início da reunião como presidente substituta, e  
7 demais membros: **SESAU:** Ruth Paranaguá/ Superintendência de Vigilância em Saúde;  
8 Ullannes Passos Rios / Diretoria de Vigilância Sanitária; **Suplente:** Soraia Roges Jordy  
9 Sant'ana / Diretoria. Gest. Planej. e Desc. Saúde; Inês dos Santos Gonçalves / Diretoria  
10 de Controle, Regulação e Auditoria; Joselina F. Emmerich / Diretoria de Gest. Regul. do  
11 Trabalho **COSEMS:** Áurea Maria Casagrande SMS/ Araguaína; Furtunato Soares SMS/  
12 Gurupi; Sônia Maria B. Toscano Mendonça SMS/Dianópolis; **Suplente:** Márcia Valéria R.  
13 de Queiroz Santana SMS/Palmas. A Sra. Presidente verificou o quorum e a paridade e  
14 deu início a reunião como segue: **ITEM 01- Apreciação da Pauta:** Foi lida e  
15 apresentados os pedidos de inclusões, exclusões e inversão da Pauta como segue: A  
16 Sra. Sonia toscano pediu a palavra e disse que em reunião pela manhã com os  
17 Secretários Municipais de Saúde foi feito um ofício para ser entregue na CIB em que se  
18 vê a importância de tudo que está pautado e da necessidade da aprovação, mas que foi  
19 decidido por unanimidade que não vai se acatar as decisões de pauta hoje pois existe um  
20 assunto superior e de grande necessidade para os municípios e que precisa ser tomada  
21 uma decisão entre Estado e Município que é a questão da contrapartida do Estado para a  
22 Atenção Básica e para os HPP's. Que isso está a mais de dois anos em todas as reuniões  
23 e que se for fazer uma leitura de todas as atas com certeza este assunto está lá em  
24 pauta. E que até agora não se chegou a nenhuma conclusão, a nenhuma coisa concreta,  
25 decidida e documentada de como isso vai acontecer. Que vai se passar para o quinto  
26 mês de 2007, que em 2006 já existe um déficit financeiro muito grande para os  
27 municípios. A Atenção Básica dentro dos municípios já está estrangulada e não tem mais  
28 como o Estado não tomar uma posição e os municípios participarem dessa decisão para  
29 ver daqui para frente como vai tocar a Atenção Básica nos municípios. Que está com tudo  
30 isso documentado, assinado por todos os secretários presentes pela manhã, e vai ser  
31 entregue para quem estiver presidindo a CIB. A Sra. Ruth disse que mesmo assim este  
32 fórum é soberano a qualquer documento assinado de qualquer entidade e quantos  
33 participantes forem. Que se tem uma pauta que foi colocada com antecedência e teve  
34 algumas inclusões e que isso deve ser levado para votação. Sugeriu que continuasse  
35 com a pauta e que o COSEMS solicite uma extraordinária para essa solicitação com  
36 convocação das pessoas responsáveis que é planejamento, financeiro e administrativo da  
37 Secretaria porque senão vai ficar no mesmo vazio. A Sra. Áurea disse que não ultima  
38 reunião foi reiterado o pedido à CIB para que fosse incluído na pauta desta reunião o  
39 cronograma de pagamento de todos os débitos do Estado em relação aos municípios.  
40 Que novamente não foi incluído na pauta e pediu para que a Sra. Sonia Toscano lesse o  
41 documento que foi feito em relação ao fato. A Sra. Sonia Toscano leu o ofício nº 043/2007  
42 de 10 de abril de 2007 que solicita a suspensão da presente reunião ate que a pauta das  
43 prioridades seja estabelecida em uma única e exclusiva reunião. A Sra. Ruth disse que o  
44 COSEMS deveria fazer um pedido formal de pauta exclusiva para essas reivindicações,  
45 porque a Secretaria Executiva da CIB alega não ter recebido esta solicitação. A Sra.  
46 Áurea disse que isso consta em atas do último ano. A Sra. Ruth disse que acha mais  
47 produtivo uma solicitação de uma CIB extraordinária com a presença maciça os setores  
48 da Secretaria que possam dar a resposta que o COSEMS precisa, que nesse momento

49 esse movimento não seria tão produtivo. A Sra. Áurea falou que na ultima reunião da CIB  
50 em que o Sr. Eugênio participou, ele mesmo colocou que iria ter uma reunião com o  
51 comitê financeiro e na próxima reunião ele traria o documento, e já se passaram três  
52 reuniões após isso, e o COSEMS dessa forma entende que não se pode dar continuidade  
53 a nenhuma pactuação da CIB porque o que se trata aqui não está sendo cumprido. Que é  
54 a maneira de reivindicar o direito de receber aquilo que foi pautado na CIB. Vários  
55 municípios inclusive Araguaína está sendo prejudicado pois tem assuntos a apresentar,  
56 que se deve pensar agora em prol dos 139 municípios em relação aos repasses e que  
57 haja por parte da Secretaria da CIB a marcação de uma reunião Extraordinária. A Sra.  
58 Inêz disse que essa reunião que o Secretário foi para negociar as questões de orçamento  
59 só aconteceu a mais ou menos uma semana atrás. A partir daí que vai se preparar esse  
60 documento, e que nesse momento esse documento não está pronto, mas que com  
61 certeza ele irá cumprir e se isso foi colocado em pauta é possível então verificar essa  
62 deliberação. A Sra. Soraia informou que nesse momento o Secretário está em reunião  
63 com o Governador e que na semana passada ele reuniu todos os 23 prefeitos e já definiu  
64 o cronograma que vai ser feito dos HPP's Estaduais. Os HPP's da Portaria nº 1330 ele  
65 disse que até o mês que vem vai estar todo quitado, que já foi encaminhado para a  
66 Secretaria da Fazenda o cronograma de orçamento. Em relação ao PSF ele teria dito que  
67 está finalizando hoje com o Governador a disponibilidade financeira que vai ter, porque  
68 não se pode tirar recursos que custeia a saúde, que ele tem que ter um aval da comissão  
69 orçamentária. A Sra. Marly disse que o Secretário falou que o repasse Federal que caía  
70 fundo a fundo na conta do Estado ia ser repassado para os municípios, porém tem um  
71 mês do ano passado pendente, e de janeiro ate hoje sem ver a cor desse dinheiro. Que  
72 ela tem um documento assinado pelo Dr. Astério que diz que ela tem um mês do ano  
73 passado e o mês de janeiro, fevereiro e março. Que ela questionou o acordo que foi feito  
74 na CIB de que quando esse recurso caísse na conta do Estado, o Estado repassaria aos  
75 municípios. E o Sr. Astério teria dito que o Ministério ainda não tinha repassado o recurso.  
76 Que ela então ligou no Ministério e soube que já houve o repasse. A Sra. Áurea disse  
77 que segundo a Sra. Tânia (SMS/São Valério) e a Sra. Alessandra (SMS/Pium) não ficou  
78 nenhum cronograma acordado nesta reunião. A Sra. Alessandra disse que o que ficou  
79 acordado junto aos Secretários foi que ele reivindicou junto ao Governador com relação  
80 aos atrasos de 2006 justamente os 23 HPP da fonte 00 e disse que tinha conseguido, que  
81 o Governador iria providenciar esse orçamento e dividir em nove parcelas mas não ficou  
82 definida nenhuma data, mas que ele garantiu que até o dia 30 sairá a primeira parcela.  
83 Em relação ao PSF, houve um questionamento muito grande por alguns Prefeitos e ele  
84 disse que não tinha previsão de pagamento, que tinha sido informado que esse convênio  
85 era improbatividade administrativa e que os municípios não contassem com esse repasse.  
86 Que era para os municípios tentarem administrar com ao atrasados que receber e só para  
87 2008 vai colocar no orçamento para tentar solucionar o problema. A Sra. Soraia disse  
88 que o que ele falou foi que estava tentando ver a possibilidade, que ainda não tinha nada  
89 definido. A Sra. Sonia Toscano falou que se o Estado não tem obrigação nenhuma de co-  
90 responsabilidade financeira com os municípios para a gestão da Atenção Básica, que isso  
91 seja então documentado e pronto. Assim, todos vão saber que a responsabilidade é o  
92 recurso Federal e o Município e os Prefeitos vão entender que se eles quiseram eles  
93 ficam ou não com as Equipes de Saúde da Família. Que isso só está ficando nas  
94 discussões e não existe um documento definindo isto para o prefeito. A Sra. Ruth colocou  
95 em votação a manutenção ou suspensão da pauta. A Sra. Inêz perguntou como ficaria os  
96 assuntos que precisam de prazo. A Sra. Áurea disse que os Secretários se dispõem a vir

97 a qualquer momento para uma extraordinária para resolver a pauta desta reunião e a  
98 pauta da extraordinária colocada pelo COSEMS, que se quer uma resposta de reuniões  
99 anteriores que deveriam ser pautadas nessa reunião que foi solicitado na ultima reunião e  
100 que não consta em pauta. Poderia vir a constar na pauta por uma questão de respeito ao  
101 COSEMS. Leu um documento divulgado pela imprensa da SESAU que fala que em  
102 relação ao SAMU não há nenhum atraso de repasse relativo a gestão do secretário  
103 Eugênio Pacceli de Freitas Coelho, os recursos de janeiro, fevereiro e março de 2007 já  
104 estão programados para pagamento mas ainda não foram efetivados porque os  
105 municípios de Palmas, Araguaína e Gurupi estão com pendências na documentação de  
106 regularidade fiscal. Disse que isso é uma inverdade, que ela provou para a Sra. Auri que  
107 têm todos os documentos em dia. Fato é que a SESAU corrigiu dizendo que Araguaína  
108 está com a documentação em dia, e que segundo a Sra. Márcia Valeria, o município de  
109 Palmas também está com a documentação em dia. O financiamento terminou o prazo  
110 para os municípios, que está tudo esgotado com falta de medicamentos, pagamento de  
111 um ano atrasado, HPP, PSF, enfim, os municípios precisam ter um planejamento, e que o  
112 Secretario de finanças e os prefeitos estão sempre cobrando. O Sr. Prefeito de Aliança do  
113 TO disse que falou para o Sr. Eugênio que não iria mais voltar aqui para ele prometer que  
114 vai pagar na semana que vem ou dia 10. Que se faça um planejamento, marque data e  
115 pague e não fique só nas promessas. Nesse momento, o Sr. Eugênio passou a presidir a  
116 reunião. A Sra. Ruth explicou como estava a situação, a Sra. Sonia Toscano leu o  
117 documento assinado pelos secretários e ele iniciou dizendo que estava em reunião com o  
118 Governador quando a Sra. Soraia ligou e mesmo estando lá, se uma Diretoria liga é assim  
119 que se procede. Disse que quando a pauta foi apresentada para ele, ele entendeu que  
120 era mais importante ele estar no momento sentado com o Governador resolvendo  
121 questões da Saúde. E do jeito que ela estava montada ele poderia ter representantes da  
122 Secretaria que naturalmente conduzissem bem sem a presença dele. E diante do  
123 posicionamento do COSEMS que para a SESAU foi uma novidade, poderia se ter  
124 notificado até ontem, e a pauta então seria mudada. Que ele passou para o Governador a  
125 importância do que estava acontecendo e dessa forma ele vai continuar discutindo. Disse  
126 que sobre a CIB continuar ou não hoje, essa vai ser uma decisão dos membros que já  
127 estava aqui, a vinda dele para a reunião foi especificamente para responder tudo que não  
128 está na pauta. Primeiramente, sobre a questão referente aos repasses financeiros da  
129 Assistência Farmacêutica referente a 2006 já está autorizado, que se conseguiu a  
130 suplementação necessária para a Secretaria Estadual de Saúde para rodar 2007,  
131 honrando todos os compromissos da SESAU, mantendo toda a rede dos 19 hospitais,  
132 fazendo as ações de Atenção Básica, Vigilância e todas as ações da Secretaria e isso  
133 suplementou o orçamento da SESAU em quase o mesmo valor que se tinha quando ele  
134 assumiu a pasta, que isso foi um ganho e que já ficou definido pelo Sr. Governador. Que  
135 a definição dessa suplementação está implicando em corte orçamentário em todas as  
136 demais pastas do Governo. Houve uma reunião com o secretariado e foi deixado claro  
137 que haveria esse contingenciamento orçamentário de todas as pastas do Estado para  
138 atender essa necessidade da saúde, no que diz respeito a gerir a pasta do jeito que ela  
139 tem que ser gerida e no que diz respeito a honrar compromissos que ele têm chamado de  
140 passivo para não dizer dívida, pois são dívidas que a Secretaria tem com os municípios. O  
141 prazo dado para a oferta orçamentária das pastas para que SESAU tivesse a devida  
142 suplementação orçamentária foi 17/04/07. Há a necessidade dele estar liberando o  
143 orçamento para que a Secretaria da Fazenda libere o dinheiro para que possa empenhar  
144 os processos. Que ele vai dar notícias sobre o cronograma e se ele não estava preparado

145 para dar isso de uma forma mais consistente, é porque não estava na pauta. A Sra. Áurea  
146 falou que não está na pauta porque a Secretaria da CIB não incluiu na pauta, porque foi  
147 solicitado por três vezes pelo COSEMS para que fosse constado em pauta, respeitando  
148 tudo que o Sr. Eugenio pediu que é paciência. E o que o Sr. Eugenio citou como sendo  
149 uma novidade, não é uma novidade com todo respeito. Que a Secretaria da CIB não o  
150 informou que os municípios queriam essa resposta. O Sr. Eugenio disse que essa  
151 satisfação que os municípios precisam ele já sabe, porque isso já é uma demanda lá de  
152 trás de outras CIB's. A Sra. Áurea disse que se o COSEMS tivesse sido respeitado, isso  
153 estaria em pauta. O Sr. Eugenio falou que de nenhuma forma o COSEMS foi  
154 desrespeitado. Que na gestão dele o que ele tem podido fazer pelo COSEMS, para  
155 melhor estruturar o COSEMS ele fez, que ele só gostaria que tivesse talvez um pouco  
156 mais de respeito com o trabalho que está sendo feito. Que a SESAU está atendendo  
157 todas as demandas reprimidas e as que têm hoje que são as rotineiras. A Sra. Áurea  
158 disse que em nenhum momento está havendo desrespeito à SESAU, pelo contrario, o  
159 que ela colocou em relação ao desrespeito foi que o COSEMS solicitou inclusão na pauta  
160 e não está na pauta, o reconhecimento com o trabalho do Sr. Eugenio, da parceria já  
161 feita, da vontade e da estrutura para o COSEMS, já foi agradecido inclusive em reunião  
162 de CIB. O Sr. Eugenio disse que essa questão é de fórum administrativo e vai ser tratado  
163 em fórum administrativo. A Sra. Sonia Toscano disse que era isso que os Secretários  
164 precisavam, de uma resposta, porque enquanto tem a mesma resposta de que não tem  
165 orçamento, não tem de onde tirar, se torna mais difícil ainda. O Sr. Eugenio disse que  
166 entende que se é um assunto pendente, deveria sim estar na pauta, mas se ele leu a  
167 pauta e ele tendo uma audiência com o Governador, que vá então os representantes da  
168 Secretaria. Voltou aos esclarecimentos e com respeito à Assistência Farmacêutica ele já  
169 tem relatório com todos esses números, constando exatamente o que tem de  
170 entendimento para honrar esse compromisso. Que está autorizado o pagamento e a  
171 princípio não é parcelado, vai ser honrada a parte que cabe a cada município referente a  
172 2006. Como ele falou a pouco, tudo que diz respeito a 2007, ele esta rigorosamente  
173 buscando cumprir. Que ele tem recurso hoje de determinada prefeitura que ainda não  
174 caiu na conta da prefeitura, e a prefeitura está com alguma certidão irregular. Esse  
175 dinheiro está reservado na Secretaria, que esse dinheiro não é nosso. Que na sua Gestão  
176 está procurando cumprir tudo, não só com respeito às prefeituras, a convênios mas  
177 também com fornecedores de medicamentos senão os 19 hospitais da rede param. Com  
178 respeito a SAMU Araguaína, Palmas e Gurupi, que ele esteve a umas três semanas com  
179 o Sr. Furtunato discutindo e ele deu a noticia de que está viabilizando o recurso para  
180 quitar a dívida com o SAMU, que é mais uma determinação que já foi dada de quitar  
181 Palmas, Araguaína e Gurupi. Que aconteceu esta semana um contratempo de  
182 informações especificamente com Araguaína de que janeiro, fevereiro e março não  
183 haviam sido pagos por questões de documentos. Houve a postura da Sra. Áurea de que  
184 haviam protocolado e que foi chamada toda a atenção necessária na Secretaria, pois a  
185 SESAU tem uma estrutura imensa e protocolar na Secretaria é uma coisa, fazer isso  
186 chegar no financeiro e pagar é outra. Houve um problema interno de comunicação, já foi  
187 chamada a atenção devida inclusive da Assessoria de Imprensa que não pode dar uma  
188 informação na imprensa dizendo que ele não repassou pois está sem a documentação  
189 devida, quando a documentação havia sido entregue. Que o debito do SAMU vai ser  
190 quitado integralmente. Que foi solicitada uma reunião encabeçada pela Sra. Soraia, para  
191 ser revisto todo o PPA, pois devido à suplementação orçamentária tudo tem que ser  
192 redesenhado para executar o orçamento. Que as coisas não estão paradas. Com respeito

193 aos HPP desde que ele assumiu, ele já começou a repassar rigorosamente às prefeituras  
194 à parte que vem do recurso federal que é fonte 90. O exemplo que ele citou anteriormente  
195 de uma prefeitura, é que ela tem o HPP reconhecido pelo Ministério e não está recebendo  
196 o dinheiro. Com respeito à contrapartida do Estado ainda dos HPP's da 1330, já está  
197 autorizado também a fazer o pagamento, e que já está acontecendo. Os atrasados  
198 também estão autorizados e estão dentro dessa suplementação. Os HPP's da portaria da  
199 gestão anterior que transformou 23 hospitais pronto-atendimentos em Hospitais de  
200 pequeno porte, existe uma dívida que chega a R\$ 4.000.000,00(quatro milhões de reais),  
201 no entanto o pagamento dessa dívida foi determinado pelo Governador e isso aconteceu  
202 na segunda passada e ele só não sentou com os prefeitos porque foi uma marcha para  
203 Brasília. Mesmo com a revogação da portaria aonde não vai se continuar com o repasse  
204 financeiro para esses HPP's mas a dívida existe. Que dessa forma o Governador  
205 determinou o pagamento e na sexta-feira da semana passada ele se reuniu com 23  
206 prefeitos e alguns secretários municipais de saúde no seu gabinete aonde ele informou  
207 que essa dívida vai ser saldada no decorrer desse exercício. Ficou acordado com os  
208 prefeitos que a quitação do débito dos HPP's da Portaria Estadual vai ser feita honrando  
209 mês a mês de acordo com parcelas que eles já tinham pactuado com o Estado. Com  
210 respeito ao PSF, ele apresentou toda a dívida de PSF, quando lá atrás a SESAU tomou a  
211 decisão de não fazer mais o co-financiamento contratando mais profissionais porque  
212 continuou mantendo os que tinham, e os que tinha custam à secretaria R\$  
213 56.000.000,00(cinquenta e seis milhões de reais) por ano, mais os equipamentos,  
214 veículos e outros benefícios que continuam sendo mantidos nas prefeituras, o Estado lá  
215 atrás falou que não vai mais continuar contratando, que vai se manter o que tem e vai se  
216 passar financeiramente. E essa promessa do financeiro, gerou uma dívida que vai ser  
217 informada a Assembléia Legislativa porque ela é pública e notória, informando aos  
218 deputados que fizeram requerimento. A dívida do PSF da gestão passada passa dos R\$  
219 10.000.000,00(dez milhões de reais), só que essa dívida vai ser toda ela honrada, então a  
220 única coisa que ele não consegue passar nesta reunião é o cronograma do PSF, porque  
221 do HPP da Portaria Estadual foi passada a semana passada para os Prefeitos. Vai ser  
222 honrada mês a mês com o valor da parcela que já tinha até quitar a dívida. Se o valor da  
223 parcela não conseguir quitar a dívida até o final do ano, a dívida vai ser quitada ainda  
224 neste ano sim, que esse foi o compromisso da Secretaria com as 23 Secretarias  
225 Municipais de Saúde. Com respeito ao PSF vai ser pago, pois já houve esta decisão, e  
226 esse cronograma vai logo ser apresentado. Falou que teve um Prefeito que falou que ele  
227 não tratava os prefeitos de forma igualitária. Que isso é mentira porque ele não está aqui  
228 para atender bandeira partidária e que ele tem cuidado de todos os hospitais. Que ele  
229 não está só em busca de ajudar os 19 hospitais, porque ele tem plena consciência de que  
230 tem que ajudar na gestão de 139 municípios. O Sr. Prefeito de Aliança do TO perguntou  
231 se o PSF de 2006 seria pago em dez parcelas e o Sr. Eugênio falou que hora nenhuma  
232 ele falou em dez parcelas, que isso não procede. Que o cronograma da dívida do PSF ele  
233 não tem agora na reunião, mas que existe o débito e vai ser pago. A Sra. Áurea disse que  
234 uma parte do objetivo já foi atingida, que a presença do Sr. Eugênio nas reuniões é de  
235 grande importância e que da mesma forma que o Secretario Estadual tem como gestor o  
236 Governador, os Secretários Municipais tem como Gestor os Prefeitos e tem despachos e  
237 reuniões no Conselho municipal, mas quando tem reunião ela é priorizada. Uma vez que  
238 as questões da saúde se definem mais nas reuniões, com a presença do Sr. Eugênio os  
239 Secretários Municipais se sentem mais confortáveis. Lembra que ele falou nas primeiras  
240 reuniões que as reuniões da CIB seria prioridade, que isso foi um ponto de compromisso

241 de sua gestão. Que de uma forma ela está muito feliz porque se não fosse esse  
242 movimento, o documento e a reunião do COSEMS o Sr. Presidente não estaria aqui. De  
243 outra forma ela entendeu a questão das assessorias, o impasse com Araguaína e a falta  
244 de informação, só que na SESAU não houve um protocolo distante da pessoa  
245 responsável pelo convênio, o protocolo foi feito no convênio e quem recebeu foi o Sr.  
246 Astério. Que o documento que foi colocado na imprensa no que diz respeito a PSF, a  
247 SESAU se coloca que ela não tem responsabilidade de co-financiar, se coloca de uma  
248 forma completamente alheia e foi isso que impressionou o COSEMS, então ouvindo a fala  
249 do Sr. Eugenio, o COSEMS se sente mais confortável sim. O Sr. Eugenio disse que  
250 conforto nem sempre implica em repasse financeiro, e sim que a Secretaria cumpre  
251 fielmente à parte que lhe cabe no processo de co-financiamento do PSF. Que a outra  
252 reivindicação que ela faz é que os outros municípios sejam comunicados, que foi uma  
253 queixa dos municípios pequenos que não tem um jurídico que possa acompanhar os  
254 processos, então que eles sejam comunicados porque muitas vezes ele não têm esse  
255 conhecimento. Muitos relatam que estão em dia com Tribunal de Contas e que não  
256 recebem o repasse. Que a certidão do Tribunal de Contas é válida por sessenta dias para  
257 todos os municípios, que ela recebeu um ofício no mês de fevereiro do Sr. Astério  
258 solicitando a renovação da certidão que estaria vencendo no dia 05 de fevereiro e  
259 imediatamente ela veio, protocolou e está em dia, só que o processo ficou parado  
260 sessenta dias e quando passou para o financeiro no dia 12 de abril a certidão já estava  
261 vencida, só que ela tinha enviado essa certidão no dia 22 de fevereiro. Que isso tem ser  
262 levado em consideração, porque o pagamento é relativo à janeiro, fevereiro e março e  
263 não é competência abril, que isso dá um desgaste, que os Secretários Municipais são  
264 cobrados pelo Diretor Financeiro do município que quer dinheiro para trabalhar. O Trâmite  
265 de processos que o Estado tem é o mesmo que o município tem. O Sr. Eugenio falou que  
266 sobre certidões vencidas, ele determinou para o setor financeiro e o setor de convênios  
267 que os recursos referentes a um determinado mês é preciso verificar se o município está  
268 regular com as certidões aquele mesmo mês, que isso já está determinado e que ele vai  
269 chamar atenção, porque o recurso vem para o determinado mês, a prefeitura tem que  
270 apresentar os documentos daquele mês. A Sra. Áurea falou que o COSEMS insiste com  
271 um cronograma porque se hoje ela tem déficit de medicamentos no município, ela não  
272 pode abrir um processo de licitação se não tiver dinheiro depositado em conta porque o  
273 jurídico não vai autorizar, e quando entra o recurso, que ela não sabe quando vai entrar,  
274 ela inicia o processo de compra que vai para licitação que demora de sessenta a cento e  
275 vinte dias. O Sr. Eugenio disse que todos vão ter um cronograma definido. A Sra.  
276 Alessandra perguntou sobre a data para o pagamento da primeira parcela que foi dito na  
277 reunião com os Secretários. O Sr. Eugenio disse que ele está trabalhando para que a  
278 primeira parcela seja paga até o dia 30 de abril, como foi questionado pela Sra.  
279 Alessandra. E que esse pagamento diz respeito à dívida dos HPP's da Portaria Estadual.  
280 Que primeiro ele falou em nove parcelas até dezembro, mas a pedido do Prefeito Jair e  
281 dos demais foi dito que se pagasse a parcela do jeito que ela já havia sido  
282 preestabelecida. E que ele falou que iria ver a possibilidade, e tanto é que ele trouxe a  
283 informação de primeira mão, que vai se quitar a dívida com o valor da parcela. A intenção  
284 é pagar até o dia 30, mas se não for pago até o dia 30 ele se compromete a fazer uma  
285 comunicação se justificando aos municípios, que é o mínimo que ele tem que fazer pela  
286 Secretaria. A Sra. Áurea falou que se não houver essa comunicação vai ter 23 Prefeitos  
287 ou Secretários na porta do Gabinete da SESAU querendo saber o motivo do não  
288 recebimento. O Sr. Eugenio disse que não quer fazer essa justificativa pois está

289 trabalhando para pagar. O Sr. Prefeito de Aliança do TO perguntou ao Sr. Eugenio se não  
290 seria possível ele ir até a televisão e explicar isso porque os médicos e enfermeiros e o  
291 povo não confia mais quando ele fala. A Sra. Sonia Toscano disse que diante disso, se  
292 pode então dar continuidade à pauta. O Sr. Furtunato falou que as reuniões da CIB  
293 acontecem uma ou duas vezes por mês, que é de interesse da Secretaria e que existe a  
294 sala de reuniões para acontecer essas reuniões. Solicitou que fosse determinado para  
295 que as reuniões aconteçam na sala de reuniões da SESAU. O Sr. Eugenio falou que a  
296 CIB tem que acontecer obrigatoriamente na sala de reuniões da SESAU. Que qualquer  
297 outra reunião no mesmo dia ou horário não acontecerá, e se tiver outra agenda que mude  
298 a outra reunião para outro auditório. Falou para a Sra. Áurea que ele têm participado das  
299 reuniões da Tripartite onde preferencialmente o Ministro é quem conduz as reuniões. Que  
300 ele não quer fazer um comparativo da Gestão Estadual com a Federal, preferencialmente  
301 ele faz questão de estar na reunião da CIB, mas condicionar a reunião da CIB a acontecer  
302 só com a presença dele ele acha errado. Que no entendimento dele a CIB tem que  
303 acontecer e deve ser resolutiva. A Sra. Sonia Toscano agradeceu pela presença do Sr.  
304 Eugenio na reunião. A Sra. Inês falou que já é hora de se implantar as câmaras técnicas  
305 na CIB para ter reuniões mais produtivas. A Sra. Áurea falou ao Sr. Eugenio que a  
306 reunião começou em quinta chamada porque terceira chamada não tinha quórum e esse  
307 quorum não tinha por parte do Estado, que isso deve ser revisto. O Sr. Eugenio  
308 agradeceu a todos e se ausentou da reunião. A Sra. Ruth deu então continuidade a  
309 reunião, colocou em votação a continuidade e a mesa decidiu que somente os assuntos  
310 urgentes da pauta serão priorizados. **ITEM 02 – Retificação da Resolução nº 05/07:** A  
311 Sra. Inês informou que se trata do Projeto de Implantação do Complexo Regulador em  
312 saúde, que seriam dois projetos, um em Palmas e outro em Araguaína. Que a resolução  
313 já foi feita, mas que o MS pediu mais clareza na resolução, que fosse incluído um artigo a  
314 mais dizendo que os recursos que são R\$ 607.000,00(seiscentos e sete mil reais) vêm  
315 para o fundo Estadual de Saúde, que vai montar o dois Complexos Reguladores. A Sra.  
316 Sonia Menelik leu a inserção feita na resolução que diz o seguinte: “Parágrafo único: Que  
317 os recursos financeiros destinados à Implantação do Complexo Regulador sejam  
318 transferidos do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual de Saúde”. Foi aprovado  
319 por consenso. **ITEM 03 - Apreciação das Atas das Reuniões Ordinárias realizadas no**  
320 **dia 15/12/06 e no dia 28/02/07 e das Extraordinárias no dia 25/01/07 e no dia**  
321 **20/03/07:** Foi aprovado que as atas seriam apreciadas e aprovadas na próxima reunião  
322 ordinária da CIB. **ITEM 04 - Revisão do Calendário da CIB - 2007;** Foi aprovado que o  
323 calendário será apreciado e aprovado na próxima reunião ordinária da CIB e que a  
324 revisão será feita pelo Planejamento e COSEMS. **ITEM 05 - Aprovação do Plano**  
325 **Operacional PLANEJASUS:** Foi aprovado que este item da pauta será apreciado e  
326 aprovado na próxima reunião ordinária da CIB. **ITEM 06 - Aprovação de Implantação de**  
327 **CAPS nos municípios de Formoso do Araguaia e de Miracema:** o Sr. Ullannes fez um  
328 comentário dizendo que tanto um como o outro, não existe Projeto na Vigilância Estadual  
329 para aprovação, e que é um dos requisitos. Que no Projeto de Formoso tem uma redação  
330 que diz que o município possui estrutura física compatível com os pré-requisitos para a  
331 instalação do CAPS necessitando apenas de algumas adequações. Falou que quem vai  
332 avaliar isso é a Vigilância Sanitária. O Sr. Domingos falou que se o Projeto não for  
333 encaminhado para o MS não vai ser possível abrir o serviço ainda este ano. Que o CAPS  
334 não é um Hospital. O Sr. Ullannes disse que é preciso dar um basta nessas coisas  
335 construídas de qualquer maneira. Será uma análise prévia, não precisa ser tudo de uma  
336 vez, os arquitetos dão uma olhada, indicam as coisas que podem e devem ser mudadas

337 para que assim se faça um Projeto definitivo e então se chega em uma estrutura que  
338 tem o Projeto aprovado. Que vai precisar de alvará sanitário e sem projeto aprovado não  
339 tem jeito. Que gostaria que os municípios procurassem a Vigilância Sanitária. **ITEM 07 -**  
340 **Aprovação do Projeto de Estruturação do Grupo de informações Estratégicas de**  
341 **Vigilância em Saúde:** Foi aprovado que este item da pauta será apreciado e aprovado na  
342 próxima reunião ordinária da CIB. **ITEM 08 - Aprovação do Pacto Estadual – TO:** A Sra.  
343 Soraia disse que esse item faz parte da aprovação do Termo de Compromisso da Gestão  
344 Municipal para ela poder encaminhar para a Tripartite, que ele é vinculado com o  
345 SISPACTO. Que o item será apresentado. **ITEM 09 - Apresentação e aprovação sobre**  
346 **a proposta para criação do Núcleo de Monitoramento de Empreendimentos**  
347 **Potencialmente Poluidores:** Foi informado que a Área técnica solicitou exclusão deste  
348 item da pauta. **ITEM 10 - Inadimplência na informação dos dados do Serviço**  
349 **Antiveterial da Dengue em vários municípios tocantinenses:** Foi aprovado que este  
350 item da pauta será apreciado e aprovado na próxima reunião ordinária da CIB. **ITEM 11 -**  
351 **Implantação do Laboratório de Prótese Dentária no município de Araguaína:** Foi  
352 informado pelo COSEMS que o item seria retirado de pauta. **ITEM 12 - Habilitação do**  
353 **Serviço de Laqueadura Tubária e Vasectomia para o Hospital Municipal de Pium;** O  
354 Sr. Ullannes falou que a Vigilância Sanitária foi no município, fez inspeção de todos os  
355 serviços, inclusive a questão da laqueadura, só que os relatórios ainda estão sendo  
356 confeccionados, que já existe uma posição preliminar com relação a isso. Continuando o  
357 assunto já no final da reunião, a Sra. Inês disse que há um impasse no relatório, há uma  
358 divergência entre os relatórios preliminar da Atenção Básica e da Vigilância Sanitária e  
359 não há ainda um parecer da Vigilância epidemiológica e que por isso o relatório não está  
360 conclusivo. O Sr. Ullannes disse que com relação à Vigilância Sanitária, o hospital foi  
361 inspecionado como um todo e não só a questão da laqueadura, que é um hospital que  
362 está com a documentação completa e pela documentação já está apto a retirar o alvará  
363 sanitário, mas na avaliação apenas da questão da laqueadura foi avaliado que o centro  
364 cirúrgico comporta cirurgias e internação só que foi detectado uma deficiência com  
365 relação ao quadro de pessoal enfermeiro e medico e a Sra. Alessandra vai ter que se  
366 justificar com relação a isso. A Sra. Alessandra disse que até tinha um profissional mas  
367 que não deu certo e ele teve que sair, e que ela não vai contratar porque ela não vai ficar  
368 pagando profissional sem ter o serviço. Que já está em crise financeira e que vai ficar  
369 pagando profissional para quê. Foi aprovado com pendências, e que dentro de 45 dias  
370 seja feita uma avaliação para ver se a situação foi regularizada. O Sr. Ullannes disse que  
371 é preciso apenas que a Sra. Alessandra comprove a contratação dos médicos. **ITEM 13**  
372 **- Pacto pela Saúde Adesão Municipal:** A Sra. Maria Luiza falou que após a assinatura  
373 do Pacto, começou a desenvolver um trabalho junto aos municípios e com a parceria do  
374 COSEMS em processos de etapas de adesões municipais ao Pacto. Que o objetivo é  
375 conseguir até o final do ano que todos os municípios do Estado possam estar aderidos no  
376 Pacto pela Saúde. Que nesse primeiro momento se iniciou um trabalho com os  
377 municípios que são apenas Atenção Básica, que foi feito um levantamento prévio com  
378 relação a uma tabela que seria de 59 municípios que foram chamados para participarem  
379 deste processo. Houve o momento de repasse dos documentos e termos inerentes a  
380 Portaria nº 699 e a Portaria nº 372, que fala sobre a regulamentação do Pacto e após isso  
381 se reuniu esta semana com a coperação do MS para estar levantando e fechando quais  
382 os municípios que estariam nesse primeiro momento aptos a aderirem ao Pacto com toda  
383 documentação fechada e avaliada. Solicitou a aprovação e homologação dentro do Pacto  
384 pela Saúde em dois aspectos referentes ao Pacto de Gestão que seria o Termo de

385 Compromisso de Gestão Municipal e os demais anexos exigidos pela portaria nº 699 e nº  
386 372 que dizem respeito aos compromissos, metas e responsabilidades sanitárias  
387 inerentes ao Pacto pela saúde no que tange a Gestão e também a Homologação de 40  
388 municípios com relação ao Pacto pela vida do relatório de indicadores do monitoramento  
389 e avaliação do Pacto pela Saúde – SISPACTO. No primeiro movimento feito foram  
390 chamados 59 municípios, mas depois de fechar a primeira avaliação 40 municípios  
391 conseguiram fechar todos os aspectos inerentes a documentação, revisão do Termo  
392 Municipal, aspectos inerentes aos anexos e documentações exigidas pela Portaria. Citou  
393 os municípios que são: Abreulândia, Angico, Barra do Ouro, Bernardo Sayão,  
394 Cachoeirinha, Crixás, Darcinópolis, Esperantina, Fortaleza do Tabocão, Ipueiras,  
395 Itapiratins, Juarina, Lajeado, Lavandeira, Lizarda, Luzinópolis, Mateiros, Monte Santo,  
396 Muricilândia, Novo Jardim, Oliveira de Fátima, Santa Maria, Palmeirante, Santa Rita,  
397 Palmeiras, Santa Rosa, Pau D'arco, Santa Tereza, Pugmil, Santa Terezinha,  
398 Recursolândia, São Miguel, Rio da Conceição, São Salvador, Rio dos Bois, Taipas,  
399 Sampaio, Tupirama, Sandolândia e Tupiratins. Que nesse primeiro momento está com  
400 municípios que possui apenas Atenção Básica, no segundo momento vai estar com  
401 municípios que tem HPP, depois com municípios que tem hospitais municipais e por  
402 último vai estar trabalhando com municípios que tem hospitais Estaduais em seu território.  
403 Que o MS está aqui fechando essa avaliação de toda essa documentação e solicita  
404 então a CIB a aprovação da homologação com relação ao Pacto pela vida que é a parte  
405 do SISPACTO 2007 e a questão inerente ao Pacto de Gestão que é o Termo de  
406 Compromisso de Gestão Municipal e os demais anexos que as Portarias estabelecem.  
407 Solicitou também outra resolução aprovando o Relatório de Indicadores de Monitoramento  
408 e Avaliação do Pacto pela Saúde do Estado inerente ao SISPACTO 2007. Foi aprovado  
409 por consenso. A Sra. Sonia Toscano pediu para que ninguém fique magoado com o  
410 COSEMS, que esse momento iria existir hoje na reunião ou logo mais à noite com os  
411 outros Secretários. Franqueada a palavra e não havendo nada mais a tratar, declarou-se  
412 encerrada a reunião às dezessete horas. E para constar foi lavrada a presente ata que  
413 depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, e pelos demais  
414 membros presentes, nesta reunião.

415

*Assina - Assina*

416

*Assina - Fantumato*

*Assina - Inez*

*Assina - Sonia*

*Assina*

*Assina*

Márcia Valéria R de O Santana

*Assina*